



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
BIÊNIO 2009-2010**

Composição da CPA:

Corpo docente

José Maurício Pereira Pinto (Coordenador)
Ednaldo Farias Gomes
Pedro Guilherme Fernandes da Silva

Corpo técnico-administrativo

Vera Lucia Santos do Nascimento - Campus Maceió
Crezivando Soares Dias Junior - Campus Maceió
Adriana Soares Lira do Nascimento - Campus Palmeira dos Índios

Corpo discente

Inaldo José Loureiro da Silva - Campus Maceió
Geraldo de Oliveira Santos Neves Neto - Campus Maceió
José Djalma Alves de Araújo Bezerra - Campus Marechal Deodoro

Sociedade civil organizada

Ivanilda Ferreira Saraiva
Alfredo Raimundo Correia Dacal
Maria Amélia Calheiros Santos

Maceió-Al, março de 2011

ÍNDICE

1. Dados da Instituição	3
2. Procedimento de Avaliação	4
3. Descrição dos Objetivos da Avaliação Institucional.....	4
4. Dimensões da Auto-avaliação.....	5
5. Resultados obtidos no Estudo das Dimensões	7
6. Organização Didático-pedagógica	13
7. ENADE	15
8. Corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo	15
9. Instalações Físicas	16
10. Sugestões da CPA.....	17
CONCLUSÃO	19

1. Dados da Instituição

O atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas foi criado pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. No decorrer de sua existência, houve várias denominações, dentre essas, ressaltam-se a Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas (1909-1937); Liceu de Artes e Ofícios (1937-1942); Escola Industrial de Maceió (1942-1956); Escola Industrial Deodoro da Fonseca (1956-1965); Escola Industrial Federal de Alagoas (1965-1968); Escola Técnica Federal de Alagoas (1968-1999); Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (1999-2008) e transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, em dezembro de 2008.

Convém mencionar que cada denominação que a escola recebeu, historicamente, remete ao contexto próprio da época, à conjuntura social, política e econômica vivida pelo país e pelo Estado. Assim, no período em que o país vivia um fase pré-industrial, com sua economia ainda agrícola e artesanal, a instituição era denominada “Escola de Aprendizes Artífices”, contudo, com o impacto da industrialização, as atividades econômicas foram mudando qualitativamente, assim surgem as denominações: “Liceu de Artes e Ofícios” e, logo depois, “Escola Industrial de Maceió”. Com o advento da República, instalou-se no poder central o 1º presidente, Marechal Deodoro da Fonseca – isso justificou a mudança abrupta da denominação dessa Escola, a qual, graças à expansão urbana e à necessidade de profissionais qualificados para o exercício de novas competências e habilidades nas indústrias, bem como no mercado de trabalho brasileiro; era mister mudar sua denominação para Escola Técnica Federal de Alagoas.

Com o incremento do setor terciário – comércio, serviços e a expansão do turismo, o Brasil passou a viver uma nova fase da educação profissionalizante – assim, foram institucionalizados os CEFET’s em quase todo o país, por força da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, regulamentado nos termos do Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997, e somente em 22 de março de 1999, a Escola Técnica Federal de Alagoas recebeu a denominação de Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas.

As Instituições de Ensino, e com o advento do Decreto 5.224, de 01 de outubro de 2004, os CEFET’s, assumem novas finalidades, objetivos e características e adquirem nova estrutura organizacional, tornando-se instituição atípica, em relação às demais, principalmente pela sua capacidade em ofertar diferentes modalidades de ensino, que vão do Ensino Básico ao Ensino de Pós-Graduação. A partir dessa identidade e com o compromisso de atuar no ensino, pesquisa e extensão, indistintamente, os CEFET’s se transformaram em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela Lei 11.892, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 29 de dezembro de 2008. Tal Lei estabeleceu novo enquadramento institucional, gerencial e acadêmico para a Rede dos Institutos Federais.

Comissão Própria de Avaliação, designada pela Portaria nº 1.712/GR, de 01/12/2010.

2. Procedimento de Avaliação

No período de Avaliação Institucional 2009-2010, o IFAL atuou nas modalidades de Ensino Médio, Técnico-Integrado, PROEJA, Ensino de Graduação Tecnológica, na modalidade Presencial e a Distância, e no Ensino de Licenciatura. A quantidade de alunos, em 2009, nos quatro *Campi* do IFAL (Maceió, Palmeira dos Índios e Marechal Deodoro) foi de 2.646 alunos, e a quantidade de alunos matriculados, no ano letivo de 2010, nos onze *Campi* do atual IFAL (Maceió, Palmeira dos Índios e Marechal Deodoro, Satuba, Arapiraca, Penedo, Maragogi, Murici, Piranhas, São Miguel dos Campos e Santana do Ipanema), foi de 3.750 alunos.

A CPA aplicou o questionário de Avaliação Institucional nos *Campi* Maceió, Palmeira dos Índios e Marechal Deodoro e Satuba, que são os campus onde estão ofertados os cursos superiores, e os dados obtidos por amostragem foram tabulados e sistematizados pela comissão.

As tabelas 02 e 03 mostram a quantidade de Docentes e Técnicos Administrativos por titulação durante o ano de 2010, e a quantidade de respondentes dos questionários de Avaliação Institucional foi de 50 servidores.

3. Descrição dos Objetivos da Avaliação Institucional

O desenvolvimento institucional depende de processos avaliativos, pois essa prática auxiliar na manutenção dos compromissos assumidos e na melhoria dos serviços oferecidos. Ao adotar essa postura, tem-se como benefício imediato o crescimento intelectual, moral, ético e político do conjunto dos atores envolvidos.

Nesse contexto, as ações decorrentes das posturas avaliativas e comprometidas com o avanço e a solidificação do processo de ensino-aprendizagem poderão estimular práticas de humanismo, de respeito e de responsabilidade com a função pública do trabalho na instituição.

a. Objetivo Geral:

Promover a Avaliação Institucional do IFAL no período de 2009 a 2010, conforme determina a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e Portaria nº 1.712/GR, de 01/12/2010.

As categorias avaliadas foram a Organização Didático-pedagógica, Corpo Docente, Discente e Técnico-Administrativo, e as Instalações Físicas. E os pesos atribuídos a cada categoria para efeito de cálculo dos conceitos da média final, corresponderam a 40, 35 e 25 pontos respectivamente.

A avaliação da instituição terá por objetivo geral verificar seu perfil e o significado de sua

Comissão Própria de Avaliação, designada pela Portaria nº 1.712/GR, de 01/12/2010.

atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais de referência.

b. Objetivos Específicos:

- ✓ Aplicar a Avaliação Institucional no período 2009/2010 do IFAL, referente às seguintes categorias: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-Administrativo, e Instalações Físicas;
- ✓ Aplicar questionários a comunidade dos cursos superiores a partir das dimensões de referência;
- ✓ Elaborar Relatório da Avaliação Institucional, detectando os pontos fortes e os pontos que precisam ser melhorados, bem como emitir sugestões para melhorar o desempenho das ações empreendidas;
- ✓ Divulgar o resultado da Avaliação Institucional e sensibilizar a comunidade para implementar as sugestões, a fim de melhorar o desempenho Institucional.

4. Dimensões da Auto-avaliação

Os procedimentos utilizados para realizar essa Avaliação Institucional foram baseados nos indicadores contidos no Caderno de Orientações do MEC, disponibilizado no sítio oficial.

A Comissão aplicou os formulários de Avaliação nos Campi de Maceió, Palmeira dos Índios e Marechal Deodoro e Satuba entre os meses de janeiro e março de 2011, e foram respondidos por discentes, docentes e técnicos administrativos dos cursos superiores.

Os dados obtidos por amostragem foram processados e sistematizados para fixar conceitos, elaborar relatório, divulgar o resultado da avaliação perante a comunidade e, finalmente, enviá-lo ao Reitor e órgão competente, tomando-se como referência as dez dimensões a seguir:

- Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa e a extensão, com as respectivas formas de operacionalização, incluídas a produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- Dimensão 3: A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural;

- Dimensão 4: Comunicação com a sociedade;
- Dimensão 5: As políticas de pessoal; as carreiras dos corpos docente e técnico-administrativo; aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- Dimensão 6: Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia, as relações entre a Reitoria e os campi, e a participação da comunidade interna nos processos decisórios;
- Dimensão 7: Infra-estrutura, especialmente a de Ensino e de Pesquisa, Biblioteca, Recursos de Informação e Comunicação;
- Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes;
- Dimensão 10: Equilíbrio financeiro e orçamentário, tendo em vista o planejamento proposto, conforme a oferta da educação superior na Instituição.

5. Resultados obtidos no Estudo das Dimensões

5.1 Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

O PDI do IFAL foi elaborado em 2009, com fundamento em sua função social, que está baseada na missão a seguir: Formar cidadãos capazes de reconhecerem-se sujeitos de idéias e de conhecimentos nos mais diversos campos do saber, da cultura e das artes, promovendo a qualidade social da educação fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos que possibilitem o desenvolvimento sócio-econômico-cultural alagoano e brasileiro.

São finalidades e características do IFAL, com base na lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, são finalidades e características do IF-AL:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; Plano de Desenvolvimento Institucional (2009 – 2013)

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas insere-se no contexto de realidade alagoana, como uma ferramenta que se pretende eficaz na promoção de esforços para implementar uma política educacional que tenha como prioridades a construção/produção/socialização de conhecimento, que seja capaz de estabelecer uma interface com a realidade, tendo como um dos indicadores o mercado de trabalho, sem entretanto, deste tornar-se refém ou mesmo guardião dos seus interesses.

5.2 Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa e a extensão

Enquanto princípios filosóficos e técnicos-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas procura pautar suas ações compreendendo: o trabalho como princípio educativo, a educação como estratégia de inclusão social, a gestão democrática e participativa e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, faz-se necessário que tais princípios gerais norteiem a condução do ensino, da pesquisa e da extensão como tripé que articula a reunificação entre cultura e produção. Assim, decorrente do trabalho como princípio geral da ação educativa, destacam-se como pressupostos orientadores da proposição pedagógica que se delineia:

- A gestão democrática entendida como síntese superadora do dogmatismo, do espontaneísmo e do unilateralismo;
- A unificação entre escola da cultura e escola do trabalho, superando a dualidade estrutural antidemocrática, própria da lógica excludente;
- A adoção de conteúdo politécnico numa perspectiva histórica;
- A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- A opção pelo método teórico/prático, tomando o trabalho como forma de ação transformadora da natureza e de constituição da vida social.

Tal composição de princípios impõe ao IFAL um grande desafio, pois sua efetivação depende do apoio de toda a comunidade envolvida.

Nesse sentido, o IFAL deverá perseguir sua missão com base no princípio de igualdade de condições para o acesso (tendo como premissa a inclusão social) e permanência com sucesso na escola – observando a liberdade do aluno em aprender e do professor em ensinar, tendo como um dos objetivos a divulgação da cultura, do pensamento, o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, valorizando a experiência extra-escolar, vinculando a educação ao trabalho e às práticas sociais – sem desconsiderar os princípios da competência, da laborabilidade, da flexibilidade, da interdisciplinaridade e da contextualização, além de delinear os perfis de formação que respondam às exigências da contemporaneidade.

5.3 Dimensão 3: A responsabilidade social da Instituição

A responsabilidade social da Instituição decorre dos seus compromissos com a educação profissional, no sentido de superar o atual estágio de desigualdades sociais do estado de Alagoas, que é um desafio que se impõe em todos os âmbitos das práticas sociais, para as quais se deve ter como objetivo a promoção do desenvolvimento, de forma a resgatar a capacidade dos sujeitos de projetarem um outro horizonte, como espaço de convivência social, que supere as atuais condições sub-humanas de existência.

Dentre os diversos campos de constituição das políticas sociais, a Educação é chamada, também, a responder a esses desafios. A função precípua da Educação, no contexto do século XXI, é, sobretudo, aliada às demais práticas sociais, resgatar o conceito formativo presente em todos os domínios da atividade humana, propiciando o alargamento dos horizontes dos indivíduos, ultrapassando as dimensões do mundo do trabalho, preparando-os para a totalidade da vida, requisitos sem os quais a perspectiva de inserção social fica comprometida.

Assim, o IFAL vem buscando cumprir tal compromisso, na medida em que tem se expandido pelas regiões interioranas do Estado, com oferta de cursos vinculados à realidade sócio-econômica local.

5.4 Dimensão 4: Comunicação com a sociedade

Na relação do IFAL com a comunidade assume-se o compromisso com a formulação de uma prática de acesso e permanência na instituição educativa dos sujeitos em situação de exclusão; política que se traduz numa prática pedagógica, cujo foco é o atendimento às necessidades e características desta população.

O IFAL assume o compromisso de construir uma gestão que incorpore a participação ampla da comunidade em seu planejamento de ações, bem como em sua implementação e avaliação.

Neste sentido, o IFAL, trabalha para a democratização institucional, em que os sujeitos, coletivamente, assumam posturas transformadoras, e o faz por meio da política de extensão voltada para atender às necessidades das populações do entorno, instituindo políticas de parceria, cooperação técnico-científica e intercâmbio, com outras instituições e entidades da sociedade civil.

A comunicação com sociedade também ocorre por meio das assessorias de comunicação da Reitoria e dos campi, que divulgam todas as práticas institucionais do IFAL e permitem total acesso às informações do IFAL, incluído as informações disponíveis no site oficial.

5.5 Dimensão 5: As políticas de pessoal, as carreiras dos corpos docente e técnico-administrativo

As políticas institucionais de apóia aos docentes e técnico-administrativos estão pautadas no acesso democrático aos cursos de qualificação e melhoria técnica do trabalho, em busca do aprimoramento intelectual da comunidade e do maior conforto no ambiente de trabalho.

Todos da comunidade têm acesso a melhores condições de trabalho, e neste sentido o IFAL tem atendido, conforme a conveniência institucional e as possibilidades orçamentárias aos pedidos de afastamento e participação em cursos, bem como autorizado os afastamento de docentes para cursos stricto senso.

Contudo, os novos campi necessitam compor o quadro de servidor técnico-administrativo, e os campi antigos necessitam fortalecer o quadro atual dos servidores, a fim de fortalecer a gestão e o atendimento dos objetivos institucionais.

5.6 Dimensão 6: Organização e gestão da Instituição

O IFAL, no seu Projeto Político Pedagógico, apontou a gestão democrática como princípio para a consolidação da instituição de ensino que se pretende.

A gestão democrática supõe a abertura de novos espaços de decisões, desenvolvendo projetos e propostas nos âmbitos interno e externo, opinando sobre a aplicação dos recursos financeiros, assegurando a atuação das instâncias colegiadas existentes na estrutura institucional do IFAL.

Com esse entendimento, a participação dos professores, técnicos pedagógicos pais, alunos, servidores administrativos e outros representantes da comunidade é vital para a garantia de práticas que fortaleçam a visão sistêmica do IFAL.

5.7 Dimensão 7: Infra-estrutura

A infra-estrutura foi melhorada, com condições para acessibilidade. A Biblioteca ampliou o acervo e aumentou o número de equipamentos de informática, bem como profissionais para o atendimento e organização.

Contudo, há fragilidade em relação ao conforto em salas de aulas, mas no geral a infra-estrutura atende a quantidade alunos para a proposta de ensino oferecida e existe espaço para construção de mais salas e também um auditório em todos os campi, onde há oferta de ensino superior.

Em relação aos laboratórios, nos últimos anos houve um aumento nos investimentos na compra de computadores, softwares, equipamentos de laboratórios e insumos, além de orçamento para capacitação de professores. Considerando o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e os Projetos dos Cursos Superiores, que definem quais os laboratórios são necessários para implantação dos cursos, observa-se que os cursos antigos contemplam na sua maioria quase todos os laboratórios exigidos pelo catálogo e o PPP, porém, os novos cursos que iniciaram as ofertas em 2009 os laboratórios necessitam de maiores investimentos.

Portanto, apesar das melhorias realizadas nos últimos anos nos laboratórios existentes e de serem eles funcionais, ainda precisam de normatização de segurança do trabalho e dos manuais de uso e funcionamento.

5.8 Dimensão 8: Planejamento e avaliação

O IFAL vem atuando na direção de instituir programa de avaliação institucional em todas as instâncias (administrativas e pedagógicas em suas especificidades), com vistas a possibilitar a viabilização das mudanças, de forma sistêmica.

Assim, torna-se imperativa a criação de um processo contínuo e permanente de ação/reflexão/ação como suporte da consecução do Projeto Político Pedagógico do IFAL, de forma que sua tradução possa se dar, na prática pedagógica, em sala de aula. Sendo o Projeto Político Pedagógico – PPP - um projeto de cunho institucional, seu processo de acompanhamento e avaliação deve ter correlação direta com a Comissão Própria de Avaliação – CPA- na perspectiva de extrair elementos do desempenho institucional que favoreçam sempre a melhoria da qualidade dos seus resultados.

Para tanto, é imperativo constituir um grupo de coordenação que, no âmbito da instituição, mantenha um trabalho periódico envolvendo atividades tais como:

- a) contrastar quantidades e/ou qualidades, qualificar desempenhos, acompanhar metas, comparar situações, comparar dinâmicas, propor padrões, distribuir expectativas, permitir/suspender entrada/progressão, evitar excessos e prevenir;
- b) constituir um sistema de monitoramento e controle que permita identificar os sucessos, lacunas, desvios e perdas na prática pedagógica do IFAL, a fim de possibilitar a indicação de alternativas que concretizem melhorias e qualidades do processo ensinoaprendizagem;
- c) estabelecer sistemas de acompanhamento e avaliação do PPP, em conjunto com a CPA, com participação representativa dos segmentos que compõem a comunidade escolar;
- d) organizar sistemas de informações estatísticas e de divulgação das avaliações da política e dos resultados das ações político-pedagógicas no ensino;

- e) avaliar a destinação dos recursos da instituição na manutenção e desenvolvimento do ensino, verificando suas conseqüências sobre a democratização e a qualidade do ensino, que desenvolve em todos os níveis e modalidades;
- f) desencadear ações de parcerias e intercâmbios na execução de programas de avaliação externa do rendimento escolar;
- g) promover a avaliação da política educacional, através dos indicadores de qualidade;
- h) considerar, dentre outros meios, os dados e análises qualitativas e quantitativas fornecidos pelos sistemas de avaliação já operados pelo MEC e pelas instituições e organizações que produzem estudos no campo educacional;
- i) definir instrumentos e procedimentos de avaliação;
- j) subsidiar a revisão e ajustes das metas e ações, num contínuo processo de aperfeiçoamento;
- k) publicar os resultados obtidos;

5.9 Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes

A política de atendimento ao estudante ocorre por meio da Diretoria Sistêmica e do setor de Serviço Social dos campi, bem como das Coordenações de Apoio ao Aluno, dos atendimentos médicos (com médico, auxiliar de enfermagem, técnicos de enfermagem), odontológicos, assistência social, serviço de alimentação (nutrição) e psicológicos para todos os alunos da Instituição, contudo, é necessário, nos próximos cinco anos, um aumento dos profissionais que prestam assistência aos discentes dos *Campi*.

Ainda há uma política institucional de bolsas de estudos, uma política incentivo aos estágios por meio dos convênios e de assistência sócio-econômica aos alunos do IFAL, bem como, há concessões de óculos de grau em todos os *Campi* (exclusive o Campus Satuba) e liberação de medicamentos, além de distribuição de uma quantidade reduzida de vales-transportes, fardamentos e de alimentação balanceada para alunos carentes, conforme seleção socioeconômica dos alunos inscritos. Há que se considerar, ainda, a isenção das taxas de inscrição nos exames de seleção do IFAL, de acordo com os pré-requisitos pautados no Decreto nº 6.135 e documentos pertinentes de comprovação.

5.10 Dimensão 10: Equilíbrio financeiro e orçamentário

O Orçamento das Instituições Federais de Educação Profissional são rateados de acordo com os critérios adotados na Política Orçamentário Nacional para a Ministério da Educação durante o ano. Estes critérios consideram o número de alunos existentes em cada instituição, o custo de cada curso e o tempo de permanência dos alunos nas instituições.

Com base nessa metodologia, é feita a implantação do Orçamento Participativo, dividindo o orçamento em Orçamento Corrente (excluindo Benefícios e Pessoal) e de Capital, e considerando o Planejamento Orçamentário e o Plano de Ação da Reitoria e dos campi do IFAL.

As áreas interessadas em utilizar estes recursos apresentam projeto constando: objetivo, justificativa, problema, além dos formulários de Solicitação de Bens e Serviços e Termo de Referência, devidamente preenchidos, detalhando a previsão de despesas.

6. Organização Didático-pedagógica

Observa-se que as ações ocorrem de forma adequada, com coerência entre as propostas e as práticas institucionalizadas, cumprindo a maioria dos objetivos, em cumprimento dos objetivos do PPC.

6.1 Administração acadêmica: coordenação do curso

Esse grupo foi o que obteve melhor desempenho. E os conceitos atribuídos mostram que os indicadores referentes à articulação da gestão do Curso com a gestão institucional, a formação, a experiência (acadêmica profissional), e dedicação do Coordenador ao atendimento das exigências do Curso encontram-se funcionando de forma adequada e que a maioria de suas práticas está institucionalizada; por outro lado, o mesmo indicador (Administração acadêmica: coordenação do curso), mostra que a implementação das Políticas Institucionais constantes no PDI e no PPP, no âmbito do curso, bem como da atuação do Coordenador no atendimento às exigências aos objetivos do curso.

6.2 Administração acadêmica: colegiado de curso

O Projeto Político Pedagógico do IFAL exige um Colegiado de Curso deve ser composta de profisses, contemplando a categoria discente. Seu funcionamento deve estar articulação com os demais colegiados da IFAL e com o Conselho Superior da instituição.

6.3 Projeto Político Pedagógico: PPC - concepção do curso

Existe a necessidade de divulgar esse instrumento para melhorar o desempenho das ações empreendidas. Observa-se certa fragilidade quanto aos objetivos de cursos e análise de egressos.

6.4 Projeto Pedagógico do Curso – PPC: currículo

Há coerência do currículo com o perfil desejado do egresso; existe coerência do currículo face às diretrizes curriculares nacionais; há adequação da metodologia de ensino à concepção do curso; há coerência entre as unidades de estudo e a concepção e execução do currículo. Há Adequação e atualização da bibliografia, há coerência do corpo docente e do corpo técnico-administrativo com a proposta curricular, há dimensionamento da carga horária das unidades de estudo; há adequação e atualização das ementas e programas das unidades de estudo.

6.5 Projeto Pedagógico do Curso – PPC: avaliação

O conceito atribuído aos procedimentos de avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem com a concepção do curso mostra que há coerência nos procedimentos adotados.

6.6 Atividades acadêmicas articuladas à formação: prática profissional e/ou estágio

Há comprometimento com as seguintes atividades: mecanismos efetivos de acompanhamento e cumprimento da atividade de prática profissional e/ou estágio; formas de apresentação dos resultados parciais e finais da atividade de prática profissional e/ou estágio; participação de alunos em atividades internas de prática profissional e/ou estágio; participação de alunos em atividades externas de prática profissional e/ou estágio; participação de alunos em atividades simuladas de prática profissional e/ou estágio; abrangência das atividades e áreas de formação de prática profissional e/ou estágio.

6.7 Atividades acadêmicas articuladas à formação: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O conceito atribuído, tanto aos mecanismos de acompanhamento e de cumprimento do trabalho de conclusão de curso, quanto à relação aluno/professor na orientação desses trabalhos, mostra que os mecanismos são adequados e que a maioria de suas políticas está difundida e institucionalizada. Contudo, os conceitos atribuídos à divulgação dos trabalhos de conclusão de curso são razoáveis e se encontram em via de institucionalização.

6.8 Atividades acadêmicas articuladas à formação: atividades complementares

As atividades complementares são importantes para o conhecimento dos discentes perante as diversas situações que os mesmos irão se deparar em seus campos de atuações; contudo, essa atividade encontra-se desvinculada da matriz curricular e, conseqüentemente, se encontram desmembrada da integralização da carga horária dos cursos.

7. ENADE

No ano letivo de 2009 a 2010, o curso do IFAL selecionado para participar do exame foi o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. Neste mesmo ano foram inscritos no ENADE treze alunos de vários cursos que se encontravam em situação irregular. De acordo, com o relatório de presença do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, divulgado pelo INEP, o curso de Gestão Ambiental – Campus Marechal Deodoro teve 135 alunos que fizeram o exame. O resultado do referido exame ainda não foi divulgado.

Os gestores do Ensino do IFAL realizaram várias ações, tais como: tornar público o exame, preparar os alunos e divulgar sobre a importância do ENADE.

Quanto a avaliação, o IFAL nos últimos anos tem apresentado resultados satisfatórios ficando na média com nota três (menor nota 3 e sua maior nota 4).

8. Corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo

Neste indicador observa-se que houve cumprimento da maioria dos objetivos enunciados no referido projeto. Por outro lado, a implementação das políticas de capacitação no âmbito do curso, as publicações e produções científicas, técnicas, pedagógicas, culturais e artísticas dos docentes nos últimos dois anos, a articulação da equipe pedagógica, o apoio à promoção de eventos internos, o apoio à participação em eventos científicos, técnicos ou culturais e os mecanismos de nivelamento encontram-se todos funcionando de forma razoável, enquanto as ações são visíveis apenas à comunidade interna.

8.1 Corpo docente: perfil docente

A experiência acadêmica e profissional do docente mostra que adquiriram competências para cumprir a maioria dos objetivos explicitados no do Projeto Pedagógico do Curso; por outro lado, observa-se que são baixas as publicações e produções, mostrando que essas práticas ocorrem de forma razoável e que as mesmas se encontram em via de institucionalização.

8.2 Corpo docente: atuação nas atividades acadêmica

Observa-se que existe compatibilidade entre a dedicação e formação do docente com a maior parte das unidades de estudo e atividades desenvolvidas no curso. Essa compatibilidade permite que se cumpra a maioria dos objetivos contidos no Projeto Pedagógico do Curso. Já a articulação da equipe pedagógica com os professores conteudistas, professores orientadores e tutores ocorre de forma razoável.

8.3 Corpo discente: atenção aos discentes

Há promoção de eventos internos, apoio e assistência aos alunos da instituição, o que mostra que essas práticas ocorrem de forma razoável e se encontram em via de institucionalização.

8.4 Corpo técnico-administrativo: atuação no âmbito do curso

A formação e experiência profissional do corpo-técnico administrativo é essencial para o bom desempenho do curso e para implementação das políticas de assistência aos alunos do curso.

9. Instalações Físicas

Nessa categoria, os grupos de indicadores 3.1 (Biblioteca: adequação do acervo à proposta do curso), 3.2 (Instalações especiais e laboratórios específicos: cenários/ambiente laboratórios para formação básica) e 3.3 (Instalações especiais e laboratório específico: cenários/ambiente laboratórios para formação profissionalizante específica), obtiveram melhor desempenho, e o conceito 4 mostra que, em relação à biblioteca, existem: livros de formação geral, de formação específica, jornais, revistas e periódicos – o que mostra também que o acervo bibliográfico é atualizado.

Em relação aos laboratórios, nos últimos anos houve um aumento nos investimentos na compra de computadores, softwares, equipamentos de laboratórios e insumos, além de orçamento para capacitação de professores. Considerando o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e os Projetos dos Cursos Superiores que definem quais os laboratórios são necessários para implantação dos mesmos observamos que os cursos antigos contemplam na sua maioria quase todos os laboratórios exigidos pelo catálogo e o PPP. Nos novos cursos do Campus Maceió, apesar da aquisição dos equipamentos e material de consumo dos laboratórios, ainda há investimentos a serem feitos, com a necessidade de mais espaços físicos, pois aguarda-

se a saída da Reitoria deste campus, para melhorar a adequação dos espaços.

Portanto, apesar das melhorias realizadas nos últimos anos nos laboratórios existentes e de serem eles funcionais, ainda precisam de normatização de segurança do trabalho e dos manuais de uso e funcionamento.

10. Sugestões da CPA

- Elaborar procedimentos para permitir que as políticas institucionais constantes no PPP e no PDI ocorram no âmbito do curso, visto que os esforços empreendidos na elaboração desses instrumentos foram para qualificar a instituição, com o propósito de torná-la mais dinâmica e mais célere em relação às ações empreendidas;
- Assegurar a representação da categoria discente nos colegiados de cursos, e consequentemente, estabelecer sua articulação com os colegiados superiores;
- Determinar procedimentos para adquirir materiais de laboratórios, pois, com esses procedimentos estabelecidos, teremos garantia de que a formação profissionalizante específica se tornará uma rotina. Ressaltamos também, sobre a necessidade de estarem disponibilizados, nos projetos pedagógicos de cursos, todos os recursos destinados a essa formação;
- Disciplinar, uniformizar e divulgar os trabalhos de conclusão de curso;
- Aprimorar as discussões que ocorrem nos colegiados de Cursos, envolvendo tanto questões acadêmicas, quanto questões administrativas, a fim de gerar benefício institucional;
- Regulamentar e institucionalizar a carga horária de atividades complementares, garantindo a sua inserção na matriz curricular e consequentemente no Projeto Pedagógico do Curso;
- Criar procedimentos para acompanhar e planejar as atividades complementares;
- Criar procedimentos para institucionalizar e implementar a auto-avaliação do curso, facilitando a avaliação institucional;
- Garantir para CPA ambiente de trabalho com estrutura adequada e pessoal de apoio, a fim de auxiliar suas atividades.
- Implementar políticas de capacitação no âmbito do curso para os servidores;
- Criar mecanismos para permitir maior articulação entre a equipe pedagógica e os professores conteudistas, professores orientadores e tutores;
- Criar dispositivos para permitir que as políticas da instituição tenham visibilidade em todos os setores da sociedade;
- Implementar políticas para aumentar o volume de publicações e produções científicas, técnicas e culturais;
- Institucionalizar procedimentos para garantir ao corpo discente, efetiva participação nas

ações voltadas para mecanismos de nivelamento, participação em eventos científicos, técnicos ou culturais e acentuar a promoção de eventos internos.

- Criar uma rotina de atualização do acervo bibliográfico no âmbito dos cursos;
- Estabelecer políticas institucionais de conservação e atualização de equipamentos e materiais no âmbito do curso;
- Criar procedimentos para implementação de reformas regulares de infraestrutura, equipar os laboratórios existentes e criar novos laboratórios;
- Estabelecer procedimentos para regulamentar as atividades em laboratórios;
- Criar as Comissões de Segurança;
- Criar e institucionalizar o comitê de ética em pesquisa.

CONCLUSÃO

O relatório é um retrato das ações que devem ser priorizadas, para melhorar a qualidade do ensino, pesquisa e extensão no âmbito dessa instituição.

Seu principal objetivo é o controle dos recursos destinados à execução das políticas públicas e o planejamento das ações, ampliando o rigor execução das política de educação da instituição. Observa-se a necessidade de investimentos regulares nos laboratórios, considerando o sucateamento dos laboratórios antigos e as necessidade de equipamento modernos.

Portanto, recomendamos que haja maior eficiência no planejamento da gestão, na execução dos planos de ação e na aplicação dos recursos, a fim de que seja garantido a manutenção do patrimônio público, a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade e o cumprimento do objetivos institucionais do IFAL.

Esse é o nosso relatório, salvo melhor juízo.